

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PORTUGAL VISTO DE FRANÇA: OLHARES FILOSÓFICOS

O lugar reservado a Portugal na literatura francesa e, mais geralmente, na consciência cultural e política dos franceses, é, até à primeira Guerra Mundial, não apenas dos mais exíguos mas também dos mais ambíguos. Encontramos uma demonstração desta relativa inexistência - ou duvidosa existência - na monumental e clássica obra de Manuel Bernardes Branco, *Portugal e os estrangeiros*, que, a despeito de uma sem dúvida exaustiva pesquisa, mais não faz do que atestar a pobreza das referências, além Pirinéus, ao nosso país. Também Daniel-Henri Pageaux, em *Images du Portugal dans les lettres françaises*, e apesar de todos os seus esforços, nos conduz à mesma conclusão. De forma significativa, o seu inquérito termina na data de 1755. Assim, deixando de lado as escassas alusões dos *Essais* de Montaigne (recordemos que descendia, por parte da mãe Antoinette de Louppes, de uma família de judeus decerto portuguesa, e que frequentou o Colégio de Guyenne dirigido por António de Gouveia), e saltando o século de Luís XIV e a primeira metade do século das Luzes, temos de concluir que é pela mão de Voltaire que Portugal é mostrado, em *Candide* (1759), ao grande público francês, numa apresentação que não é sequer muito lisonjeira. Quanto à ode voltairiana sobre o desastre de Lisboa, de 1756, longo poema filosófico e polémico, reconhecamos que trata menos do nosso país do que da teodiceia leibnitziana,

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

como demonstra o subtítulo: "examen de cet axiome: Tout est bien". A metafísica prevalece sobre a geografia.

O romantismo fará esquecer, durante algumas décadas, a ironia de Voltaire mas não se debruçará sobre Portugal, o que é um facto curioso se pensarmos que os românticos exaltam Espanha e Itália, dois mundos omnipresentes na literatura francesa, e que a Turquia, os países do Levante, o Egipto e a África do Norte suscitam muito mais narrativas de viagem a Chateaubriand, Lamartine, Gautier ou Nerval do que a pátria de Magalhães. A distância não é pois suficiente para explicar este desinteresse, como provam ainda a Grécia ou a Polónia que gozam de um prestígio invejável junto dos escritores, talvez por fazerem parte dessas nações oprimidas que aspiram à libertação.

No entanto, nem com a guerra civil Portugal tem direito à mesma simpatia, estando o nosso crédito no país dos "direitos do homem", durante muito tempo, comprometido pelo ostracismo político.

Teremos de esperar por Baudelaire para que, graças a uma evocação assaz fantástica e sobretudo narcísica, Lisboa se erga de novo, mais de cem anos depois do terramoto, nas margens do Sena. Vale a pena citar e comentar brevemente o extraordinário parágrafo:

"Dis-moi, pauvre âme refroidie, que penserais-tu d'habiter Lisbonne? Il doit y faire chaud, et tu t'y ragaillardirais comme un lézard. Cette ville est au bord de l'eau; on dit qu'elle est bâtie en marbre, et que le peuple y a une telle haine du végétal, qu'il arrache tous les arbres. Voilà un paysage selon ton goût; un paysage fait avec la lumière et le minéral, et le liquide pour les réfléchir!"⁽¹⁾

É interessante notar, antes de mais, que estas linhas, datadas de 1867, pertencem à colectânea de poemas em prosa intitulada *Le Spleen de Paris*. Aqui, Lisboa representa uma imagem invertida da capital francesa e a atribuição do "ódio ao vegetal" aos autóctones faz deles uma população em analógico acordo com o artificialismo baudelaireano. Observemos, por fim o "on dit que" que não coloca a cidade entre as coisas vistas mas entre as coisas relatadas ou, por outras palavras, no domínio da lenda.

Depois de Baudelaire, assistimos a um novo eclipse de Portugal na literatura francesa na medida em que as alusões a Vasco da Gama ou a

⁽¹⁾ Charles Baudelaire, *Le Spleen de Paris*, Paris, 1867.

Camões não podem constituir "olhares" e menos ainda estudos sobre a nação que ilustram, da mesma forma que a aparição furtiva de um "beau portugais", M. de Ajuda-Pinto, na *Comédie Humaine* não pode equivaler a uma "presença portuguesa" no universo balzaquiano.

O que não significa que Portugal seja uma "terra incógnita" para a opinião francesa da época, esse século XIX em que os escritores, os pintores e os músicos saboreiam as sensações novas do exotismo. Os veteranos de Napoleão conservaram a memória das suas campanhas lusitanas mas nem por isso transmitiram algo de tão notável que tenha dado aos auditores dos seus relatos o desejo de ir ver com os seus próprios olhos: mais uma vez, Espanha - e até a crueldade da guerra que aí se desenrola - faz barreira. Aliás, se Portugal não marcou nem traumatizou os camponeses que constituíam o essencial do exército imperial, é talvez porque os campos lavrados e os pomares, os prados e os ribeiros, as aldeias erguidas à volta do campanário da igreja e os seus habitantes pacíficos não constituíam um universo muito diferente do da sua província natal e não ofereciam um sentimento de *dépaysement*. A imensa planície espanhola, ao invés, possuía algo de lunar e de inumano, como vemos nos poemas de Hugo, filho do general que havia vencido o terrível guerrilheiro Empecinado.

Portugal não tem o mérito literário de fazer tremer os leitores. Mas é sobretudo a sua situação de cabo atlântico que o separa das vias utilizadas por esses viajantes que passam por Gibraltar para descobrirem Marrocos quando têm o gosto e a audácia de atravessar a Península. Por não ser uma etapa obrigatória, o país permanece um destino pouco comum e, por conseguinte, um tema negligenciado numa literatura e numa iconografia fascinadas pelo *ailleurs*. Esse "além" e a "diversidade" que propõe descobri-lo-ão os franceses cada vez mais longe, nas ilhas do Pacífico, à medida que nos aproximamos do final do século XIX. Parecia então que Portugal perdera definitivamente a oportunidade para interessar a cultura francesa.

Ora, o novo século faz-nos assistir à descoberta do país pelos franceses. O *Sud-Express* e os "wagons-lits" exercem então uma acção decisiva e vão trazer a Lisboa e a Sintra os diletantes afortunados, como Valéry Larbaud, grande apreciador do palácio do Buçaco, ou Philéas Lebesgue, homens de letras e diplomatas como Jean Giraudoux e Paul Claudel e, mais tarde, os "intelectuais de esquerda" seduzidos pela Revolução dos Cravos. Saint-Exupéry conhecia Lisboa que se tornara,

para o aviador, uma escala no caminho para o Brasil, Simone de Beauvoir, tendo vindo visitar a sua irmã Hélène durante a guerra, deixou no seu livro *Les Mandarins* o retrato equívoco de um país que a fascinava pela beleza do seu sol e das suas laranjeiras e a perturbava pela miséria do seu proletariado.

É necessário atentar, por um instante, num outro nome cujas relações com o Portugal de Salazar exigiriam uma análise atenta pois que foram mais virtuais do que reais: trata-se de Paul Valéry, em torno de quem existe uma espécie de mito. O filósofo de "L'idée de dictature", prefácio do livro de A. Ferro, *Salazar et son chef*, publicado em 1934, não teria "visto" em Portugal do Estado Novo senão o tal país das laranjeiras, fechando assim os olhos à brutalidade policial do regime. Ora, Valéry, sempre desejoso de se situar "au dessus de la mêlée", absteve-se prudentemente de escrever uma só linha que pudesse comprometer a pureza abstracta da sua reflexão sobre o conceito de ditadura considerada apenas do ponto de vista do estetismo. A peroração do artigo insinua, pelo menos para quem sabe ler, que o ditador-artista é uma espécie de monstro porque toma os indivíduos como "moyen ou matière" da sua acção⁽²⁾. Num outro momento, o escritor precisa numa carta inédita a António Ferro que Portugal, se não é "géographiquement une contrée méditerranéenne", pertence à família das nações latinas, razão que justificaria a fundação de uma cátedra Camões no centro Universitário de Nice, por ele administrado. Quando às laranjeiras, Valéry não terá podido vê-las com os seus próprios olhos, pois que nunca quis tomar o comboio ou o barco que lhe teriam permitido, pelo menos por ocasião do doutoramento *honoris causa* que lhe é atribuído em 1937, agradecer com uma conferência a Universidade de Coimbra, embora faça referência, num outro texto, aos "citrons du Portugal" que chegavam ao porto de Sète e que alimentaram o imaginário da sua infância. Como vemos, também aqui a hipoteca política exclui Portugal do círculo dos países de boa companhia.

O sucesso de *La Reine Morte* de Henry de Montherlant⁽³⁾, embora leve ao palco da "Comédie Française" nomes portugueses, permanece ligado à sinistra época da Ocupação. Aliás, os espectadores não reconhecem

⁽²⁾ Paul Valéry, *Œuvres II*, Bibliothèque de la Pléiade, 1957, p. 976.

⁽³⁾ Henry de Montherlant, *La Reine Morte*, Paris, Le Livre de Poche, 1974, p. 10.

nestas personagens medievais nenhuma figura que lhes seja familiar. O episódio mais patético da nossa história - hoje uma das estruturas mais fortes do nosso imaginário colectivo - não desperta eco algum na memória do público (que nada havia conservado da *Inès de Castro* de La Motte-Houdar, drama datado de 1730). É o que sublinha, de forma muito sugestiva, o autor do prefácio da primeira edição da peça: "Les personnages du Roi Ferrante et d'Inès de Castro sont, dans l'inconscient des foules françaises, sans racines, sans attaches, presque sans existence. A peine éveillent-ils, chez certains lettrés, de vagues souvenirs de lectures étrangères".

Não é *La Reine Morte* que vai revelar Portugal ao grande público, reenviando quando muito o nosso país a um universo arcaico de paixões fortes e rudes.

É preciso esperar a primeira vaga de imigração que, começando no final dos anos 50, fez sair o país da (pálida) imagística literária a que estivera confinado até então, para ver Portugal tornar-se uma realidade familiar - e até simpática - para os franceses. Todavia, a exclusão ideológica mantinha-se e os pedreiros portugueses, apreciados pelo seu labor, eram olhados como pobres fugitivos de um regime rebarbativo e retrógrado. A guerra colonial que se prolongava demais - para uma França que, a gosto ou a contragosto, renunciara ao seu império, desde o início dos anos 60 - agravava a nossa má reputação. Só o ano de 1974 pôs termo à nossa desgraça. A revolução foi, na imprensa francesa, unânime-mente aplaudida, apaixonadamente seguida, sabiamente comentada.

A literatura de ideias e ensaística rapidamente substituiu a crónica jornalística. Portugal desprendia-se assim das correntes que o agrilhoavam e entrava em cena no exacto momento em que jovens intelectuais, em ruptura com o marxismo, e auto-intitulados "novos filósofos" (Bernard-Henri Lévy e André Glucksman eram os seus chefes de fila) procuravam na actualidade com que alimentar e apoiar o seu profetismo anti-totalitário. Os acontecimentos portugueses, na sua espontaneidade primaveril, e a rejeição pelo povo da solução estalinista pareciam justificar a interpretação que faziam da história, e que coincidia, por uma estranha "astúcia da razão", com a de Raymond Aron. Mas os conceitos têm menos encanto do que as narrativas e os romancistas não tardaram a vir reflectir, à sua maneira, a nova relação da França com Portugal. Autores como Olivier Rolin (de formação filosófica) ou Antoine Volodine, ambos antigos "gauchistes" e admiradores dos Capitães de Abril, amaram e fizeram amar Portugal visto de mais perto - ainda que

persista, como acontece na escrita do primeiro, uma nostalgia romântica que o leva a preferir as ruínas do Carmo às torres das Amoreiras: "A Lisbonne, oui, l'église du couvent des Carmes lance vers le Ciel ses arcs brisés par le tremblement de terre, pierres incendiées au bord du fleuve sombre"⁽⁴⁾.

Evitarei, também aqui, traçar um inventário de nomes ou um catálogo de títulos de obras: só uma abordagem quantitativa e, se possível, estatística, poderia dar uma noção precisa da riqueza do filão português na literatura francesa contemporânea. Mas mais ainda do que através destes "jovens" autores franceses, é nos textos, excelentemente traduzidos, de Miguel Torga, Lobo Antunes, Saramago, Lídia Jorge e tantos outros que os leitores de França aprenderam recentemente a penetrar a psique portuguesa. Quanto aos filmes de Manoel de Oliveira, gozam, junto dos cinéfilos franceses, de um prestígio maior do que entre nós.

E é assim que uma representação inteiramente renovada e muito profunda de Portugal emergiu, no decurso das duas últimas décadas, no imaginário francês. Caberá aos historiadores futuros olhar com a devida distância este súbito acesso de "lusofilia" - e mesmo de "lusomania" - aproximando-o, talvez, do movimento centrífugo que leva os franceses a ultrapassar os horizontes do "hexágono" para se interessarem por outra coisa que não eles próprios. Esta súbita emergência é um fenómeno complexo e prende-se com as questões da internacionalização e da mestiçagem das sociedades modernas que desfocam as imagens que os povos têm de si próprios: como Portugal, também a França não é uma essência estável. De facto, na visão que a França actual possui de Portugal, os portugueses de França introduzem a sua própria perspectiva, os seus próprios mitos, significando isto que estamos perante uma imagem de Portugal mais refractada do que reflectida: é que, pela primeira vez, pelo menos pela *actio presentiae* dos nossos compatriotas - para já não falar da sua participação efectiva no desenvolvimento económico do país de acolhimento -, Portugal reabilitado, saindo enfim da sua reclusão, inflectiu o devir cultural da própria França.

Assim, o quadro actual de Portugal, tal como se oferece aos franceses, é feito de demasiados retoques e reinterpretações para que dele se tenha uma configuração distinta. A sociologia e a semiologia, tanto ou mais do

⁽⁴⁾ Olivier Rolin, *Bar des flots noirs*, Paris, Seuil, 1987.

que os estudos literários, poderiam, com proveito, interrogar-se acerca deste efeito de deformação prismática.

No termo desta história muito abreviada das representações francesas do nosso país, concluiremos apenas que Portugal, agora "europeu" de corpo inteiro e abundantemente frequentado pelo turismo de massa, deixou de ser, para os franceses, um objecto mental tão simples quanto marginal, ou melhor, tão simplificado quanto marginalizado - mesmo se uma tal afirmação ignora deliberadamente a questão dos estereótipos que releva de um outro modo de exame (a publicidade, grande produtora de clichés, mistifica mais do que clarifica a clientela das agências de viagens: quem não viu há tempos, nas ruas de Paris, o fascinante cartaz incitando a visitar "Portugal, le pays où le noir est couleur"?). Depois do seu regresso à Europa, e devido à profusão dos códigos e à confusão dos signos tão característicos do nosso tempo, Portugal perdeu, junto dos franceses, a sua *equivocidade* e ganhou em *plurivocidade*. Por outras palavras, como acontece em qualquer democracia viva, as vozes que o exprimem são tão múltiplas quanto os sentidos que lhe conferimos.

Vou deixar agora a nossa pós-modernidade e a sua babelização para recuar cerca de duzentos anos procurando compreender a origem do desencontro histórico que marcou *unilateralmente* a relação de França com Portugal. (Sublinho unilateralmente na medida em que a imagem da França em Portugal foi (quase) sempre um modelo). O século das Luzes, por definição, amava as ideias claras e distintas e a França encontrava-se então no auge da sua influência ideológica. Segura de si, duvidava do resto do mundo, dando lições "enciclopédicas" a quem queria ouvi-las.

É no final do Antigo Regime que o duque de Châtelet, aristocrata que a história manteve relativamente obscuro, decide partir de Inglaterra, onde se encontrava, para Portugal, com o intuito de satisfazer uma curiosidade de "bel esprit". Os resultados desta visita de algumas semanas foram por ele plasmados numa obra, publicada em Paris, a título póstumo, em dois volumes. J.-Fr Bourgoing, "ci-devant ministre plénipotentiaire de la République française en Espagne", revê e edita o primeiro tomo em 1798, sob o Directorio, e o segundo sob o Império, em 1808, alguns meses depois do início da invasão. Nunca reeditado e conhecido hoje apenas de raros especialistas, o livro (assaz bicéfalo pois que saiu de duas cabeças, a de Châtelet e a de Bourgoing) merece ser de novo aberto pelo interesse que apresenta como testemunho de

um tempo em que a "filosofia" - no sentido geral de saber racional que a palavra então continha - se julgava capaz, por si só, de transformar o mundo, e mesmo Portugal.

O capítulo de abertura, "Voyage et arrivée du ci-devant Duc, à Lisbonne - Couronnement de la Reine", que coloca o leitor *in medias res*, em modo de reportagem "em directo", merece um comentário, até por ser, a par da interessante visita a Pombal⁽⁵⁾, a única passagem em que é dado ao leitor assistir a uma "chose vue". O duque chega a Lisboa, tendo embarcado em Falmouth em 8 de Maio de 1777, na véspera da coroação da rainha D. Maria I. Gostava de poder reproduzir essas páginas que evocam o Terreiro do Paço invadido por uma multidão de pessoas do povo que vieram para ver a nova soberana e que gritavam o nome de "Pombal, Pombal", grito agora sedicioso e logo abafado pela intervenção da cavalaria. A hipotipose parece não se destinar senão a tornar mais cáustico o epigrama anti-inglês e anti-clerical do último parágrafo onde reencontramos o tema que se vai tornar *leit motif* do livro:

"Les illuminations furent brillantes; la cérémonie se fit avec autant de tranquillité que de pompe; la nation anglaise donna le soir un bal magnifique aux principaux habitants de la ville, sans doute en témoignage de sa reconnaissance; car c'était elle, vraie souveraine du Portugal, qu'on avait couronnée dans la personne de la reine. Le lendemain on reprit le deuil qu'on avait quitté la veille. Au milieu de l'allégresse générale que produisait la chute de Pombal, tout reprit un aspect lugubre, et on sortit du bal pour courir aux églises"⁽⁶⁾.

Terminando o primeiro capítulo com este sarcasmo *à la* Voltaire, a impressionante visão da capital presa de emoções contraditórias cede o lugar à exploração metódica do país, não que o viajante se desloque fisicamente a toda a parte (passa por Pombal e conversa longamente, em francês, com o Marquês, admira a beleza de Viana do Castelo depois de ter apresentado cumprimentos ao arcebispo de Braga, que não compreende aquele idioma), como atesta o índice, mas porque faz incidir o seu exame sobre os principais aspectos da vida nacional, citando números,

⁽⁵⁾ *Voyage du ci-devant duc du Châtelet en Portugal*, I, Paris, chez F. Buisson, 1798, pp. 141-145.

⁽⁶⁾ *Idem*, p. 8

descrevendo as instituições e os costumes, não voltando a ceder, salvo em algumas raríssimas exceções, à tentação da anedota. No total, procede segundo as vias da economia política, ciência nova no século XVIII e que Turgot não conseguira impor ao governo da França de Luís XVI.

"La philosophie éclaire la plus grande partie de l'Europe; et le Portugal est encore dans les ténèbres"⁽⁷⁾.

É este ponto de vista "filosófico" ou melhor, é a filosofia como ponto de vista sobre Portugal que vai levar o autor e o seu duplo (Bourgoing) a debruçarem-se sobre o "mal português", identificando-o e prescrevendo uma medicação. Que esta "filosofia" seja, de facto, uma ideologia, isto é, o reflexo de interesses de classe ou de grupo de que os autores não têm clara consciência, é o que parece de imediato. O duque, visivelmente embebido das teses dos fisiócratas e do Abbé de Raynal, é um defensor do despotismo iluminado, e não esconde a sua admiração pelo Marquês de Pombal (em quem reconhece um outro Turgot). Sem dúvida não deixou de meditar sobre Montesquieu e, em particular, sobre as suas *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* (1734), procedendo a *Viagem* da mesma postura, aplicada ao reino de Portugal, com a grande diferença de que a especulação sobre as leis da história e o devir das sociedades se apaga aqui em face dos dados concretos de uma "avaliação" operada *in vivo*.

Bourgoing, que revê, corrige e completa o manuscrito, parece ser um jacobino que, com o oportunismo dos que escaparam ao terror, sabe adaptar-se às condições políticas sucessivas (Directorio, Consulado, Império), permanecendo fiel apenas à Razão cujas injunções desposam, milagrosamente, os interesses da França. Só lhe interessa a Revolução ("coroadá", não enterrada por Napoleão Bonaparte) que abriu uma nova era na história. O livro vai assim mostrar-nos uma França regenerada auscultando, com amigável e activa compaixão, um Portugal "degenerado" (a palavra é recorrente no seu texto), pretendendo ser um trabalho militante: o editor fez da monografia do cortesão um instrumento de propaganda política ou, como se diria hoje, de guerra psicológica, até porque o momento, preenchido por inteiro pelos boletins

⁽⁷⁾ *Idem*, Introdução do editor, p. VI.

dos exércitos, não era propício à publicação de uma "viagem pitoresca" dirigida aos amadores de cor local.

Assim, sem qualidades nem pretensões literárias, estes dois in-octavo, reunindo um total de quinhentas páginas, constituem pois mais um relatório técnico de finalidade política do que uma "narrativa de viagem" propriamente dita. Chateaubriand não havia ainda introduzido o género na literatura francesa e, se o duque não podia ignorar *A sentimental Journey* (1768) de Laurence Steme, o seu trabalho, deliberadamente didáctico (dividido em 17 capítulos passando em revista todos os sectores da vida nacional portuguesa: clima, geografia física, leis, religião, costumes, governo, colónias, população, comércio, agricultura, exército, impostos, ciências e letras, artes e profissões, política, aos quais se acrescentam uma gravura da baía de Lisboa, um mapa, diversos suplementos e documentos diplomáticos, e um índice analítico), assemelha-se muito mais a um tratado do que a uma crónica. O conjunto é uma mina de informações, em primeira ou em segunda mão (Bourgoing reconhece nunca ter estado em Portugal), sobre um país designado, desde o *incipit*, como um belo desconhecido: "Le Portugal, un des Pays avec lesquels nous avons, ou du moins nous pouvions avoir le plus de relations commerciales, une des Puissances du second ordre qui nous intéressent le plus sous le rapport de la politique, le Portugal est très peu connu, surtout par les Français"⁽⁸⁾.

Não tendo espaço nem competência para uma recensão desenvolvida - que exigiria verificação metódica de todo o material informativo -, não será tanto a verdade e a semelhança do retrato que retém a minha atenção quanto o "preconceito filosófico" dos dois franceses. E é porque a imagem do Portugal que ressalta da leitura se inscreverá de forma duradoura no espírito francês que o livro me parece valer menos como uma improvável descrição científica do que como projecção de uma relação terapêutica: assim como a psicanálise pretende, no século XX, curar o seu paciente ajudando-o a tomar consciência das origens da sua nevrose, também aqui os autores conduzem a sua "visita médica" num Portugal alienado ao qual esperam trazer a salvação - a libertação - pela inteligência. Este "complexo da inteligência" pesará durante muito tempo - se é que alguma vez deixou de agir! - sobre a "cooperação" entre os dois países...

⁽⁸⁾ *Idem, ibidem*, p. I

No essencial, são três as teses que orientam este percurso e resultam na seguinte demonstração: 1) a "natureza" de Portugal é boa; 2) o seu infortúnio provém da dupla submissão ao fanatismo religioso e ao imperialismo inglês; 3) a sua libertação passa pela aliança com a França.

Assim, aos olhos de Bourgoing, Portugal possui recursos materiais e humanos que bastaria explorar com "sagesse et énergie" para sair da situação actual respondendo assim às ofertas da Natureza:

"Quel pays, en Europe, a été mieux traité par elle que le Portugal? Il le dispute à tous, quant à la beauté du climat, quant à la variété des productions qui peuvent prospérer sur son sol. Il a autant de côtes que le comporte la médiocre étendue de son territoire. Il a de riantes et fertiles vallées, des montagnes réparties de manière à faire couler dans tous les sens de leurs flancs, et de leurs sommets, les eaux vivifiantes qui rendent les irrigations faciles et tempèrent les inconvénients de la sécheresse sous un ciel brûlant..."⁽⁹⁾.

Podemos sorrir com o "finalismo" que trai a locução "de manière à faire", mas esta apresentação idílica do território, verdadeira terra de Caná, mais não faz senão acusar o triste estado em que os seus habitantes a deixaram desde há século e meio. Se a verdadeira riqueza vem com efeito da terra, como pôde a população, outrora próspera, tornar-se tão miserável? O clima (cuja influência sobre o génio das sociedades havia sido demonstrada por Montesquieu), por mais favorável que seja, não deixa, pelo excesso do seu calor estival, de exacerbar uma sensualidade transbordante que parece ser a única patologia congénita dos portugueses. E se a preguiça resulta da desmotivação cinicamente induzida por aqueles que ganham com a miséria da agricultura e da indústria portuguesas (*id est* os ingleses!), a lubricidade da nação é um efeito do temperamento nacional exaltado pelos ardores do sol: "Sous l'influence d'un climat brûlant, elle poursuit la volupté, et veut l'atteindre à tout prix"⁽¹⁰⁾.

Se o português macho aparece aos olhos do duque como "petit, basané, mal conformé" (I, 69), as portuguesas levam a melhor sobre todas as outras mulheres da Europa:

⁽⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. VI

⁽¹⁰⁾ *Idem*, p. 77.

"Elles ont les dents blanches, des cheveux très beaux, très fournis, qui ordinairement leur descendent jusqu'aux talons; [...] elles ont toutes de beaux yeux noirs fort expressifs; [...] elles ont beaucoup d'esprit, et peut-être plus de vivacité encore que les Françaises. Quant à la galanterie, elles l'emportent sur toutes les femmes d'Europe: elles ont dans l'expression cette tendresse séduisante qui appelle et promet le plaisir [...]"⁽¹¹⁾.

Por uma disposição tão favorável ao amor, a sífilis encontra campo livre: "si l'on en excepte les Espagnols, il n'y a pas de peuple qui soit aussi mal traité de la maladie vénérienne que les Portugais" (I, 77)... O capítulo VII, "Mœurs et Coutumes des Portugais", pela apresentação alucinada que propõe do delírio erótico que arrasta toda a população, deixa-nos desconfiados perante a "antropologia" do viajante. A acreditar nele, toda a cultura do povo, o seu folclore (ver I, 78) e mesmo a sua religião são um pretexto para a mais desbragada impudícia (ver 1,65). O capítulo V ensina-nos que os monges e as religiosas "vivent dans le libertinage le plus scandaleux" (1,53). Onde pára a observação e começa o fantasma? Não é o próprio duque de Châtelet contemporâneo e concidadão do Marquês de Sade? Até a falta de higiene (1,12) e a sujidade, felizmente corrigidas pela acção do sol, vêm juntar-se aos outros vícios e excessos de um povo, outrora tão vigoroso e empreendedor, hoje tão corrompido pelos cálculos maquiavélicos dos seus falsos amigos: "Ce royaume est ainsi dévoré par une infinité de gens qui consomment toujours sans jamais travailler"⁽¹²⁾.

Como poderiam as "luzes" ter encontrado terreno favorável à sua difusão num país onde tudo conspira para fazer reinar o "consumismo" mais desenfreado e onde a única indústria que merece referência é o fabrico de velas? Só a arte equestre é digna do respeito do cavalheiro viajante!

É inútil - e aqui impossível - acompanhar os autores nos pormenores do seu inquérito. Basta que tiremos a conclusão à qual querem conduzir o leitor: o consternante estado em que Portugal se encontra neste final do século onde a civilização fez, por toda a parte, tão grandes progressos, é um *efeito* e não uma condição natural. As causas que bloqueiam a sua emancipação e o seu acesso à felicidade reduzem-se a duas forças tão prejudiciais uma como a outra (mas a da Inglaterra é ainda mais pífida

<"> *Idem*, p. 73.

<¹²> *Idem*, p. 53.

do que a da Igreja). Uma página extraída do "Supplément de l'Éditeur au chapitre XV" que se ocupa das Ciências e das Belas Letras recapitula o diagnóstico - e o requisitorio - e dispensar-nos-á de convocar os numerosos textos onde as mesmas metáforas e as mesmas censuras regressam constantemente:

"Les lumières ne brillent encore que sur des têtes privilégiées, que la nature a favorisées, ou que l'éducation a pris soin de cultiver, comme le soleil levant ne dore que les sommets des plus hautes montagnes. Le reste de la nation est encore dans les ténèbres, comme les profondes vallées qui attendent longtemps les rayons du jour"⁽¹³⁾.

Observo *en passant* que a assimilação da razão ao sol parece mais cara a Bourgoing do que a M. de Châtelet, sendo o ex-diplomata claramente mais ideólogo do que o aristocrata. Mas aqui estão contudo denunciados os dois obstáculos às reformas sugeridas pela Academia das Ciências, única instituição que escapa às críticas dos autores. Primeiro a Inglaterra, que fez de Portugal urna colonia sua e, com o Tratado de Methuen, o seu mercado mais favorável: "Ce n'est que par une réforme totale que les vues du gouvernement pourront être remplies. Tant que la terreur politique qu'inspirent les Anglais à cette nation asservie sous son joug, ne sera pas dissipée et n'aura pas fait place à un système plus courageux et mieux entendu [...]"⁽¹⁴⁾.

E depois o clero, com o terrível tribunal tão alérgico ao pensamento e o exército dos eclesiásticos de qualquer hábito que parasitam e paralisam a nação.

"Tant que la terreur religieuse qu'imprime l'inquisition tiendra tous les esprits dans la stupeur; tant que les avenues du trône seront obstruées par les prêtres ambitieux et les moines fanatiques, tous les remèdes ne seront que des palliatifs, tous les efforts ne seront que de vaines tentatives, et les travaux philosophiques et littéraires ne seront utiles qu'à ceux qui s'y livrent"⁽¹⁵⁾.

⁽¹³⁾ *Idem*, II, Paris, Chez Arthus-Bertrand, 1808, p. 116.

^{<14>} *Idem*, pp. 116-117.

^{<15>} *Idem*, p. 117.

É evidente que estas linhas estão marcadas por um movimento oratório que lembra a eloquência das assembleias revolucionárias e que o escritor, pondo a nu o duplo terror político e religioso que subjuga Portugal, sabe do que está a falar. Seja como for, segundo a fórmula geométrica, o que tinha de ser demonstrado foi demonstrado. O país deve decidir o seu destino. A introdução do Editor formulava desde início a alternativa a que conduz toda a obra insinuando que so a Portugal cabe aproximar-se do bom caminho - que acontece ser o dos vencedores: "Le Portugal touche à une crise qui peut être décisive pour lui. Il s'agit à présent de son affranchissement ou de la prolongation de sa servitude [...]. Tel est le problème dont la République française doit peut-être, avant la fin de cette année, obtenir la solution"⁽¹⁶⁾.

As derrotas de Junot e de Massena e os sucessivos fracassos do Império até Waterloo cavarão de novo a distância que separa a França de Portugal, entregando este último aos interesses económicos e geoestratégicos de Inglaterra. A França afastar-se-á "de cette partie de l'Europe, jadis si florissante, à présent si dégénérée" (1,1) que repelira o seu apelo à liberdade e à felicidade. Vimos, mais acima, que os franceses do século XIX já não sabem nada - ou já nada mais querem saber - acerca de Portugal (e como o inverso não é verdadeiro!). Será necessário assistir, em 1917, à subida sacrificial do contingente português para a frente de combate para que a República francesa (nesse momento já Terceira República) e, com ela, certos intelectuais - como os que enumerámos na primeira parte deste rápido estudo - redescubram o povo das Descobertas. Mas é com a Revolução de 1974 e com a conquista da liberdade - dessa liberdade de que a França se julga, com ou sem razão, a inventora na Europa - que Portugal será, pela operação (dialéctica) de Jean-Paul Sartre, reintegrado no sentido da História e, por conseguinte, no discurso cultural francês. Assim, de Voltaire a Sartre, foi de facto a filosofia que decidiu do nosso destino e da nossa imagem na terra de Descartes. Os nossos trabalhadores imigrados, os nossos pintores, os nossos cantores, os nossos romancistas fizeram o resto.

<¹⁶> *idem*, I, p. VIII.